

**Universidade Estadual de Goiás
Câmpus Itaberaí**

BRUNA SANTOS SILVEIRA

**A Pesquisa na Educação: Um Olhar Sobre o Projeto Pedagógico do
Curso de Pedagogia na UEG/Câmpus Itaberaí.**

**ITABERAÍ
2015**

BRUNA SANTOS SILVEIRA

**A Pesquisa na Educação: Um Olhar Sobre o Projeto Pedagógico do
Curso de Pedagogia na UEG/Câmpus Itaberaí.**

Trabalho Final de Curso apresentado à Universidade de Goiás, Câmpus Itaberaí, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob orientação da Professora especialista Lílian Barbosa Morais.

ITABERAÍ
2015

Agradeço primeiramente a Deus, por me abençoar com sabedoria e paciência.

A minha família por todo apoio e compreensão, principalmente a minha mãe que com todo carinho me ensinou a lutar pelos meus objetivos.

As minhas amigas de classe, de trabalho e de vida, pelos exemplos de motivação e companheirismo.

RESUMO

O seguinte trabalho tem como objetivo informar sobre o processo que a formação de professores vem sofrendo até chegar ao que é hoje. Através de influências estrangeiras, o Brasil se viu na hora de buscar soluções para o melhor desenvolvimento do país, daí iniciou-se a implantação de escolas que formassem profissionais especializados para formar cidadãos capacitados e atender as necessidades da sociedade, então chamadas Escolas Novas. A partir de então deu-se início a pesquisa para que esse curso de formação fosse de maior disponibilidade e acesso à todos e discussões sobre o assunto começavam a tomar destaque. Isso só era possível porque os próprios estudantes e funcionários destes cursos buscavam soluções para essa melhoria. Desde então a valorização da pesquisa como algo enriquecedor tomou conta de cada sociedade e seus membros, pois se não houvesse a dúvida, a indignação para se buscar e conhecer o novo provavelmente estar-se-ia presos apenas em uma educação antiga, sem cunho desenvolvidor. A pesquisa é um novo caminho para a educação de qualidade e para que ela seja cada vez mais aceita na sociedade é preciso ser trabalhada em cursos de formação de professores, onde poderá passar para as gerações seguintes que pesquisar não é algo de outro mundo, que pode ser trabalhado com pessoas no cotidiano da prática pedagógica, basta conseguir desenvolvê-lo como pesquisa. Diante disto procurou-se observar a realidade destes cursos de formação, analisar o documento de mais importância o PPC (Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia), onde através dele pode-se notar que a pesquisa faz parte do currículo de formação de professores, observando a importância do mesmo para essa construção, e assim transformar a informação em conhecimento na era da sociedade tecnológica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Pesquisa, Formação de Professores, Pedagogia.

ABSTRACT

The following work aims to inform about the process that the training of teachers came suffering until you get to what it is today. Through foreign influences, Brazil found itself in time to seek solutions to the country's development, then began the implementation of schools that formed specialized professionals to form empowered citizens and meet the needs of the company, then called new schools. From then began the search for this training course was more availability and access to all and discussions on the subject began to take prominence. This was only possible by the students and staff of these courses were seeking solutions to this improvement. Since then the value of research as something enriching took care of every society and its members, as if there were no doubt, the indignation to pick up and meet again probably would be arrested only in an old education, without imprint developer. The search is a new way to quality education and to be better accepted in society need to be worked in teacher training courses, where you can move on to the following generations that search is not something from another world, that can be worked with people in everyday pedagogical practice, just be able to develop it as research. On this sought to observe the reality of these training courses, to analyze the most important document of the PPC (pedagogic project of the course of pedagogy), where through it can be noted that the research is part of the curriculum of teacher training, noting the importance of the right to such training, and so transform information into knowledge in the era of technological society.

Keywords: education, research, teacher training, pedagogy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL	8
1.1 Período colonial	8
1.2 Dos anos 1930 aos anos 1970	9
1.3 A formação de professores na década de 1970	11
2. A PESQUISA NA EDUCAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ATUAÇÃO DO PROFESSOR	14
2.1 Conceituando pesquisa	14
2.2 A pesquisa na prática docente	15
2.3 O papel do professor pesquisador	17
3. ESTUDO DO PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES COM A PESQUISA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	18
3.1 Breve trajetória da pedagogia no Brasil	18
3.2 Entendendo o projeto pedagógico do curso de pedagogia	20
3.3 O papel da pesquisa no meio educacional da formação de professores	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, não é difícil achar pesquisas que tratem da formação de professores. Sabe-se que esse caminho foi de grandes descobertas e lutas para chegar onde se está. Antes a ideia de professor era compreendida apenas como professor reflexivo, aquele que pensa sobre seus atos e como melhorá-los, mas só o dele. Nasce depois a ideia do professor pesquisador que pensa sobre seus atos e consegue melhorá-los indo além, buscando soluções para demais problemas. Parece claro, durante a formação em um curso de Pedagogia, a importância da pesquisa no meio educacional se for bem introduzido e trabalhado didaticamente.

Surgiram então inúmeras ideias e dúvidas sobre o tema pesquisa na educação, como ela é trabalhada, e se realmente existe nos cursos de formação de professores; ainda como esse professor pode mudar a informação, transformando-a em conhecimento para o aluno. Buscou-se uma reflexão sobre a trajetória do curso de pedagogia no Brasil e uma análise diante do PPC (Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia), documento importante que rege o curso de pedagogia da Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Itaberaí.

Nessa busca pelo conhecimento, estabeleceu-se que seria um trabalho de pesquisa teórica e bibliográfica, com levantamentos em livros, periódicos, artigos e documentos atualizados do curso de formação. Para essa reflexão, utilizou-se de teorias de autores como Demo (2011), Bagno (2005), Saviane (2009), Silva (1999) e outros, discorrendo se e como funcionam os trabalhos de pesquisa na educação. Foi também desenvolvida uma análise do plano pedagógico do curso de pedagogia do Câmpus de Itaberaí, para compreender como o curso se utiliza da pesquisa para formar pessoas críticas que possam transformar a realidade educacional.

O trabalho está dividido e elaborado em três momentos, tal que o primeiro apresenta um breve histórico da chegada dos cursos de formação no Brasil, para que seja possível entender o caminho que foi percorrido, a construção desses cursos e chegar ao como estão hoje, propiciando para o leitor o entendimento da importância da pesquisa ligada a educação e a resolução de problemas diante desse assunto.

No segundo momento, trabalha-se com alguns conceitos de pesquisa, procurando estabelecer a relação entre pesquisa e educação e para que se entenda

como se processa de modo efetivo o professor pesquisador, com seus desafios para prática educativa.

No terceiro e último momento, busca-se uma análise de como o curso de formação de professores em pedagogia do Câmpus citado, assiste a pesquisa incentivando-a para que os professores formadores de outros professores se familiarizem e coloquem em prática esse novo caminho, a fim de transformar informação em conhecimento; e para que esse ato de pesquisar se torne relevante no cotidiano da educação brasileira.

1. BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

Quando falamos de formação de professores e educação no Brasil, na maioria das vezes nos vem à cabeça o período da colonização, onde os jesuítas encontraram aqui os indígenas e queriam catequizá-los em favor da Europa. Mas, porque não ir mais fundo nessa história e saber alguns dos principais acontecimentos da história da educação no Brasil. O que tende a favorecer e complementar este estudo.

1.1 Período colonial

A formação de professores no Brasil teve início anos atrás, mais precisamente no século XIX com a criação das escolas normais, antes disto a educação estava a cargo dos jesuítas que se viram com a responsabilidade de educar os povos que aqui estavam, mas sua formação era europeia. Já na Europa, eles viram certa necessidade de educar a população carente, fazendo com que fosse aberta uma instituição que formasse professores capazes de assumir esse cargo de forma pública.

Após a independência do Brasil é que se teve uma preocupação com a formação de professores para que estes pudessem atuar na educação do país. De forma bem clara Saviani (2009, p. 143) nos mostra isto ao dizer que “[...] a questão do preparo de professores emerge de forma explícita após a independência, quando se cogita a organização da instrução popular”. Isso uma vez que,

Durante todo o período colonial, desde os colégios jesuítas, passando pelas aulas régias implantadas pelas reformas pombalinas até os cursos superiores criados a partir da vinda de D. João VI em 1808, não se manifesta preocupação explícita com a questão da formação de professores (SAVIANI, 2009, p. 144).

Com a criação da Lei de 15 de outubro de 1827, que narra sobre a obrigatoriedade de criarem escolas de primeiras letras em todas as cidades e estabelecer exames que selecionassem mestres para designarem este papel, é que as primeiras escolas normais brasileiras seriam estabelecidas, por iniciativa das Províncias, atendendo ao movimento descentralista, conferiu às Assembleias Legislativas Provinciais, então criadas, de legislar “sobre a instrução pública e

estabelecimentos próprios a promovê-la”, com exclusão das escolas superiores então já existentes. (TANURI, 2000, p. 63).

Saviani reforça esta ideia da criação das escolas normais no Brasil citando alguns Estados que a adotaram, logo após a reforma de 1934, afirmando que:

Após a promulgação do Ato Adicional de 1834, que colocou a instrução primária sob responsabilidade das províncias, estas tendem a adotar, para formação dos professores, a via que vinha sendo seguida nos países europeus: a criação de Escolas Normais.

A Província do Rio de Janeiro sai à frente, instituindo em Niterói, já em 1835, a primeira Escola Normal do país. Esse caminho foi seguido pela maioria das províncias ainda no século XIX, na seguinte ordem: Bahia, 1836; Mato Grosso, 1842; São Paulo, 1846; Piauí, 1864; Rio Grande do Sul, 1869; Paraná e Sergipe, 1870; Espírito Santo e Rio Grande do Norte, 1873; Paraíba, 1879; Rio de Janeiro (DF) e Santa Catarina, 1880; Goiás, 1884; Ceará, 1885; Maranhão, 1890. Essas escolas, entretanto, tiveram existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente (SAVIANI, 2009, p. 144).

As escolas normais tinham o papel de preparar educadores para a educação primária, convictos de que todos os professores teriam a mesma formação. Assim com a criação da primeira escola normal no Rio de Janeiro, especificamente em Niterói, os outros Estados adotaram esta ideia fazendo com que elas se espalhassem pela maior parte do país nos anos seguintes.

Porém essas escolas normais não tinham estabilidade e acabavam fechadas, por falta de verbas ou também por falta de alunos. Foi apenas nos anos finais do império e no início do período republicano que elas ganharam estabilidade, havia menos escolas, as províncias, por exemplo, tinham no máximo duas, uma para o sexo feminino e outra para o masculino com cursos que tinham a duração de mais ou menos três anos.

1.2 Dos anos 1930 aos anos 1970

Nos anos de 1930 o Brasil adota definitivamente o capitalismo, tornando-se uma década marcada pelas grandes transformações sociais, no que se diz respeito ao campo econômico. O que acontecia na verdade era a migração das pessoas do campo para a cidade, pois viam que a cidade seria o novo lugar do progresso.

A escola passou então a ter outro papel perante a sociedade, a educação para formar pessoas capacitadas para o novo modelo que passava a ser vigorado, ou seja, formar o homem da sociedade moderna. Porém a educação que se tinha antes do capitalismo era voltada para outros fins, o que se notou a grande

defasagem do ensino, sendo necessária uma verdadeira renovação na educação. Com relação a isso Tanuri vem colocar que,

O movimento renovador deu maior visibilidade às críticas dirigidas às escolas normais consideradas como um curso híbrido, que oferecia, ao lado de um exíguo currículo profissional, um ensino de humanidades e ciências quantitativamente mais significativo (2000, p.72).

Dessa forma o Estado teve que intervir na educação após esse movimento renovador, pois deveria expandir a escola pública, sendo ela laica e acessível a todos. Em 1932 um grupo de intelectuais brasileiros lançou um documento que ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação, o documento foi elaborado por Fernando de Azevedo e assinado pelos demais 25 intelectuais (TANURI, 2000).

A grande questão do Manifesto era que sua defesa de um sistema educacional público de qualidade e acessível a todos, seria então “uma referência que inspirava as gerações seguintes, tendo influenciado, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo o país” (SAVIANI, 2004, p. 35).

Em continuidade foi em 1935, criada a Universidade do Distrito Federal, que era incorporada a Escola de Professores tendo como nome Faculdade de Educação. Essa faculdade passava a conceder a licença magistral. Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro seguiram esse mesmo modelo e organizaram o Curso de Formação de Professores, plantando então a semente do curso de formação superior para professores.

Foi criado então o Curso de Pedagogia que tinha como função formar pessoas para as atividades da escola, e a esse respeito Tanuri declara:

Ademais, em 1939 surgia o curso de Pedagogia, inicialmente criado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Decreto 1.190, de 4/4/1939), visando à dupla função de formar bacharéis, para atuar como técnicos de educação, e licenciados, destinados à docência nos cursos normais. Iniciava-se um esquema de licenciatura que passou a ser conhecido como “3 + 1”, ou seja, três anos dedicados às disciplinas de conteúdo – no caso da Pedagogia, os próprios “fundamentos da educação” – e um ano do curso de Didática, para a formação do licenciado (2000, p. 74).

Esse Curso de Formação de Professores abrangia várias instâncias da Educação, e com muito esforço tentava-se uniformizar essa formação em todo o território nacional, as tentativas foram muitas, porém a questão não era fácil de se resolver. Debates em torno da educação eram constantes, outras iniciativas tiveram que ser tomadas, tanto que em 20 de dezembro de 1961 foi promulgada a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, a primeira Lei em prol da Educação.

Mas, ainda de acordo com Tanuri (2000, p. 78), a lei “não trouxe soluções inovadoras para o ensino normal, conservando as grandes linhas da organização anterior, seja em termos de duração dos estudos ou de divisão em ciclos”. Essa lei continuou em vigor por mais dez anos até que foi aprovada a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Essa nova lei teve como iniciativa tentar uniformizar a formação de professores em todo o território brasileiro, já que todas as outras não conseguiram tal façanha.

1.3 A formação de professores na década de 1970

O Brasil passou a ser governado pelos militares a partir de 1964, depois de um golpe militar que desestabilizou a democracia, assim os militares aos poucos foram reformando os aspectos que não lhes agradavam, e a educação era uma delas.

A primeira reforma educacional significativa foi no ensino superior, que teve amparo sobre a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Sobre isso Tanuri escreve que,

[...] fracionando-o em habilitações técnicas, para formação de especialistas, e orientando-o tendencialmente não apenas para a formação do professor do curso normal, mas também do professor primário em nível superior, mediante o estudo da Metodologia e Prática de Ensino de 1º Grau (2000, p. 80).

Vê-se assim que, ao reformarem o ensino superior, a lei agiu de forma direta sobre o curso de pedagogia modificando seu currículo. Analisando as reformas provocadas pela Lei nº 5.692 que acabou por fazer desaparecer as Escolas Normais, Tanuri ainda comenta:

A Lei 5.692/71, que estabeleceu diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplou a escola normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginasial. Assim, a já tradicional escola normal perdia o *status* de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se uma das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia (2000, p. 80).

Houve certa frustração ao analisar a lei, e Saviani (2009, p. 147) concorda e ainda cita que “a formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante”.

Havia então uma descaracterização do magistério e de sua profissionalização, o que fez com que os professores que estavam em exercício ou recém-formados nas escolas normais, tivessem que passar por uma complementação pedagógica, ou seja, o currículo da habilitação específica para o magistério (SAVIANI, 2009).

Porém essa nova formação de professores estava mais preocupada com a educação do período da ditadura militar e com o tecnicismo do que com as questões pedagógicas e didáticas, que melhoravam a qualidade dessa formação. Por isso houve tanta descaracterização da escola normal, fazendo com que elas desaparecessem.

Na tentativa de reformularem a educação para propor ações que reverteressem à situação decadente em que se encontrava o ensino no Brasil, houve muitos debates para buscar soluções instáveis e rápidas. Mas foi apenas em 1980 que esses debates tomaram força em favor do curso de pedagogia para que ele pudesse atuar na educação infantil e nas séries iniciais do 1º grau, valorizando a melhor aprendizagem e desempenho escolar (SAVIANI, 2005).

Surgiram propostas do Ministério da Educação (MEC) e a que se destacou foi o projeto dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM) que foi implantado em 1983 e adotado pelos Estados, e quanto a isso Tanuri relata que,

O projeto tinha por objetivo redimensionar as escolas normais, dotá-las de condições adequadas à formação de profissionais com competência técnica e política e ampliar-lhes as funções de modo a torná-las um centro de formação inicial e continuada para professores de educação pré-escolar e para o ensino das séries iniciais (2000, p. 82).

Outro marco dessa década de 1980 sobre a formação de professores foi o rompimento com o modelo tecnicista que predominava antes desta década. Na década de 90 uma nova lei foi aprovada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que mudava o cenário da formação docente, onde o curso de pedagogia se espalhou pelos estados brasileiros, concentrando-se principalmente na região sudeste do país.

Na tentativa de melhorar esse panorama a lei 9.394/96 estabeleceu em um de seus artigos que,

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Mas ainda era preciso que na formação de professores ou nos institutos superiores de educação houvesse:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (BRASIL, 1996).

Percebe-se então, que essa nova perspectiva neoliberal, de certa forma tendo um peso tecnicista, entende que a educação deveria apresentar dados numéricos sobre a sua qualidade. Toda a responsabilidade e qualidade da educação passam a estar voltadas para a pessoa do professor.

As formações de professores desde a década de 1990 até os dias de hoje, são regidas pelos órgãos econômicos, a classe social mais elevada acaba tendo mais influência do que outros. Essa política exige do professor um novo modelo, que visa o saber fazer, a prática, e abandonar o saber teórico, pois se valoriza mais o saber prático do que o teórico, quando o indivíduo sabe fazer o mercado de trabalho se abre, por isso não vale apenas saber teoricamente (TANURI, 2000).

Contudo, percebe-se que essas políticas governamentais preferem o professor que aceita e faz apenas aquilo que está imposto nos manuais, ou seja, apenas a preocupação com a preparação técnica do aluno, que o leva apenas a pensar em passar em processos seletivos; não leva o aluno a pensar, mas apenas a refazer aquilo que está pronto.

Sendo assim, vale pensar nessa formação continuada do professor pautada na pesquisa, explorando ao máximo os futuros docentes, para que ao saírem dos cursos não tenham dificuldade ao se depararem com uma pesquisa a ser elaborada. E este será o novo pensamento que abordaremos no capítulo seguinte.

2. A PESQUISA NA EDUCAÇÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ATUAÇÃO DO PROFESSOR

Neste capítulo a proposta é falar sobre o conceito de pesquisa e suas contribuições a respeito da educação de forma geral, pois se percebe certa defasagem sobre a pesquisa em sala de aula. Esta busca faz do aluno um ser pensante e crítico, onde ele sai de seu modo passivo e passa a abranger e fazer de sua formação mais satisfatória, a favor dele e da sociedade que o cerca. Veremos mais, a seguir.

2.1 Conceituando pesquisa

Conceituar pesquisa não é uma das coisas mais fáceis, ainda mais sobre pesquisa para a formação de professores, mas a seguir veremos vários conceitos de autores diferentes e discutiremos sobre.

No dicionário Aurélio da língua portuguesa pesquisa significa, “indagação de busca minuciosa para a averiguação da realidade, investigação, inquirição” (FERREIRA, 1986, p. 1320). Num sentido mais acadêmico Bagno diz que a pesquisa é,

(...) uma palavra que nos veio do espanhol. Este por sua vez herdou-se do latim o verbo *perquiro*, que significava “procurar; buscar com cuidado; procurar por toda a parte; informar-se; inquirir; perguntar; indagar bem, aprofundar na busca”. O participio passado desse verbo latino era *perquisitum*. Por alguma lei fonética histórica, o primeiro *R* se transformou em *S* na passagem do latim para o espanhol, dando o verbo *pesquisar* que conhecemos hoje. Perceba que os significados desse verbo em latim insistem na ideia de uma busca feita com cuidado e profundidade (2005, p. 17).

Para ambos os autores a pesquisa é o meio de aprofundar sobre determinado assunto, para que haja certeza do que se pretende fazer ou defender, onde a pergunta ou a dúvida faz com que se tenha mais interesse, se queira solucionar o problema, mas antes de se ir atrás é preciso projetar, organizar o que se pretende fazer. Carece de etapas que não devem ser puladas ou adiantadas, onde no final a apresentação de resultados é comprovada de forma científica.

Ao detalhar melhor o que seja pesquisa Gil também contribui definindo-a como,

Um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...]. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. [...] ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação de resultados (2002, p. 19).

Percebe-se que, para se investigar ou pesquisar sobre algo é preciso que primeiramente tal coisa venha nos perturbar em nossa realidade, um problema que encontramos no decorrer da vida e que tendemos a questioná-lo, o questionamento é fundamental, é o agente principal para que assim surja a pesquisa.

Essa construção do conhecimento mostra que a pesquisa não é única, que o mesmo tema pode ser debatido por várias vezes tendo opiniões diferentes, este é o sentido de uma pesquisa, verdades que podem e devem ser contestadas e provadas cientificamente. É o campo do conhecimento que tende a ter conflitos e contradições, mostrando-nos a dinamicidade da construção do conhecimento (GIL, 2002).

Mesmo tendo várias concepções sobre o que é pesquisa, ela serve para que possamos compreender e interpretar a realidade social em que se vive. Existem concepções diferentes, mas que se articulam e se completam enriquecendo assim o próprio conhecimento. Percebe-se que em todos os aspectos a pesquisa consegue juntar a teoria com a prática, ou seja, pesquisa e educação se complementam, auxiliando assim o desenvolvimento e a observação da realidade, para melhores formações docentes e ações pedagógicas de qualidade.

2.2 A pesquisa na prática docente

Nos dias atuais os professores estão fazendo seu trabalho de forma sistemática, tudo virou rotina, a mudança gera transtornos, então o melhor a se fazer é obedecer ao que já vem pronto, o fluxo, o que deixa de ter o pensamento crítico que é o que faz o trabalho ser diferenciado. Propõe-se aqui um olhar sobre a pesquisa como modo de melhorar a formação do professor, para que ele tenha gosto por pesquisa e a pesquisa e o educar trabalhando juntos.

Considerando Bagno (2005), os professores precisam adquirir uma nova perspectiva perante a pesquisa na educação, onde podem perceber que não é algo complexo e fora de sua realidade. Seria difícil imaginar qualquer ação humana que

não seja precedida por algum tipo de investigação. A simples consulta ao relógio para ver que horas é um gesto com rudimentos de pesquisa.

A esse respeito Demo vem acrescentar a essa ideia indicando quatro pressupostos cruciais para a proposta de educar pela pesquisa:

- A convicção de que a educação pela pesquisa é a especificidade mais própria da educação escolar e acadêmica;
- O reconhecimento de que o questionamento reconstrutivo com qualidade formal e política é o cerne do processo de pesquisa;
- A necessidade de fazer da pesquisa atitude cotidiana no professor e no aluno;
- E a definição de educação como processo de formação da competência histórica humana (2011, p. 07).

Esse autor defende a pesquisa como base para a educação escolar, mas para que ela esteja presente na realidade das escolas é preciso que os professores em sua formação tenham esse mesmo pensamento crítico, e assim pesquisa e educação podem finalmente caminhar juntas.

Estar em constante mudança pode ajudar o professor, pois a pesquisa torna-se necessária para que haja o despertar pelo novo e desconhecido, fazendo do professor um profissional reflexivo que pensa suas práticas e estuda-as antes de executá-las, sendo um professor pesquisador, ou professor reflexivo.

Para Miranda o professor reflexivo seria o que reconstrói reflexivamente seus saberes e sua prática,

O professor reflexivo é, pois, fundamentalmente, um professor investigador, pois ele e só ele é capaz de examinar sua prática, identificar seus problemas, formular hipóteses, questionar seus valores, observar o contexto institucional e cultural ao qual pertence, participar do desenvolvimento curricular, assumir a responsabilidade por seu desenvolvimento profissional e fortalecer as ações em grupo (MIRANDA, 2006, p. 134).

Começar com as práticas próprias de um tema é o ponto crucial de partida para um bom trabalho, discutir o tema para compreendê-lo a fundo e depois poder aplicar na sociedade. Estar sempre ciente que a realidade está em constante mudança também é um ponto importante para o professor que fica por dentro dessa realidade e percebe que tal método precisa se adequar ao novo, que pode e deve ser considerado profissional, pois garante uma melhor aprendizagem aos educandos.

Sendo assim, observam-se alguns pontos que precisam fazer parte da realidade de cada professor, pontos que precisam de atenção para formar profissionais capacitados. A seguir uma reflexão sobre o papel a ser desempenhado dentro de uma sala de aula por um professor pesquisador em sua prática docente.

2.3 O papel do professor pesquisador

Educar pela pesquisa pode ser visto como um desafio, uma melhor forma de fazer o educando sair de objeto para sujeito da aprendizagem. Pensar no que se está fazendo ou que se pretende fazer de forma crítica perante a sociedade, tendo a intervenção do professor, que aqui desempenha seu papel com inovações em sua prática didática.

Quando este professor faz uma intervenção entre o conhecimento e o aluno de forma ética e solidária, ocorre neste espaço a ligação entre educação e pesquisa, pois o educador dará instrumentos para que esse educando consiga se desenvolver sozinho. A pesquisa pode ser trabalhada com uma formulação própria. O importante é que os próprios alunos possam chegar a um resultado produzido por eles mesmos, o que os deixa com a autoestima elevada e é aí que o gosto por pesquisar acontece, ligando novamente pesquisa e educação, e onde o desenvolvimento pessoal acontece concomitante a aprendizagem (DEMO, 2011).

Para tanto, os educadores tem que estar preparados para isto, saber a dificuldade que cada aluno encontra no decorrer das aulas para obter um bom resultado. Demo (2011, p. 62) complementa escrevendo que “a competência do professor se instiga em cinco passos: 1º pesquisa; 2º elaboração própria; 3º teorização das práticas; 4º atualização permanente e 5º manejo eletrônico”. Se um professor pensa em todas estas etapas pode se tornar um excelente profissional, que garanta o seu ensino utilizando a pesquisa como base para a educação.

Entendendo que o professor tem o papel de auxiliador do desenvolvimento crítico do aluno através da pesquisa, fazendo deste educando um sujeito de seu próprio conhecimento, passar-se-á para o próximo capítulo do trabalho, buscando analisar a história da pedagogia como curso preparatório para a construção desse professor reflexivo e pesquisador.

3. ESTUDO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES COM A PESQUISA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Neste capítulo trataremos de desenvolver uma análise do surgimento do curso de pedagogia como um curso que forma professores, além de observar seu documento mais importante, o PPC (Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia), seus regimentos, composição, atuação e comprometimento. Pois assim, poderemos compreender se de fato a pesquisa faz parte da formação de professores e se esses professores estão capacitados para desempenhar um papel de desenvolvedor fora da sua formação, ou seja, se consegue levar a pesquisa para sua vida social, transformando-a.

3.1 Breve trajetória da pedagogia no Brasil

O curso de pedagogia nem sempre foi renomado, ele conseguiu sua identidade com ensinamentos de relevância e de grande determinação. Hoje em dia pode perceber a importância do curso para a formação de profissionais capacitados para conviver e interagir na sociedade com mais criticidade.

Para esse trabalho delimitar-se-á a trajetória do curso de pedagogia em três marcos. O primeiro marco é a pedagogia agregada à filosofia, onde de acordo com Silva (1999) o curso de pedagogia deu seu início em meados dos anos de 1939 por ocasião da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, através do decreto nº 1190 de 4 de abril.

Antes o curso para a formação de professores era vinculado às escolas normais, que formavam apenas bacharéis e não licenciados. Logo fundou em Brasília e em São Paulo a Universidade do Brasil e o curso de pedagogia era complemento da Faculdade de Filosofia, não tendo ainda sua própria identidade. A Faculdade de Filosofia passaria a formar bacharéis e licenciados para muitas áreas incluindo a pedagogia, o chamado “padrão federal” que levou a adaptação do currículo em todas as outras unidades (SILVA, 1999).

Mesmo assim a pedagogia tinha um cunho filosófico, como uma ciência que visava à formação acadêmica para o exercício de atividades em secretarias de instituições de ensino e não pedagogos capacitados para o ensino e aprendizagem.

O segundo marco foi quando o curso deixa de ser apenas bacharelado e agrega também a licenciatura, onde a didática passa a ser campo obrigatório na formação, garantindo habilidades centradas mais para a docência e na ciência da educação. Para a formação de bacharéis ficou determinado três anos, após, seria incluído o curso de didática, com mais um ano, formando assim licenciados (SILVA, 1999).

Há nesse período a criação do parecer CFE nº 251/62 cujo autor é Conselheiro Valnir Chagas, onde fala claramente das fragilidades do curso, onde ou se fazia a manutenção do mesmo ou o extinguiria (SILVA, 1999). A provável extinção provinha de acusações a respeito do curso de pedagogia faltar conteúdos próprios, pois a formação do professor primário se daria em cursos de nível superior ao da graduação, algo muito evoluído para a época. O que deixou uma ideia de o curso ser apenas provisório, mas Chagas deixa claro que antes de 1970 deveria ser redefinido, começando pelas regiões mais desenvolvidas.

Porém o Parecer 251/62 não faz referência ao trabalho profissional, o licenciado em pedagogia era chamado de técnico de educação ou profissional destinado às funções não docentes do setor educacional. E é nessa busca incessante por sua identidade que o curso de pedagogia chega ao seu terceiro marco.

O terceiro marco propõe a elaboração das diretrizes curriculares, para atuação como professor de Educação Infantil, pelo dirigente escolar, e outras funções ligadas a área da educação. O Conselheiro Valnir Chagas em 1969 com a ideia de o pedagogo ter entrada no mercado de trabalho cria um novo Parecer CFE nº 252, onde o curso de pedagogia visa à formação de professores para o ensino normal (SILVA, 1999).

O currículo do curso de pedagogia torna-se outro tema de polarização das insatisfações da época. Esse currículo era geralmente visto como enciclopédico, teórico e generalista por oferecer poucas possibilidades de instrumentalização do aluno para o exercício das funções de técnico de educação (SILVA, 1999).

Essa insatisfação com o curso gerou mais adiante vários debates e movimentos pelos profissionais e estudantes que estavam interessados a respeito da formação do educador e também pelo curso de pedagogia. Foi através da criação da Lei 9394/96 auxiliada pelo MEC que o curso teve seus direitos e deveres organizados, garantindo assim à manutenção do curso superior e a formação do docente na Educação Infantil e nas primeiras séries do Ensino Fundamental.

Seus problemas não foram totalmente abolidos, mas foi graças aos debates e movimentos a respeito da formação docente no curso de pedagogia, que o curso se tornou o que é hoje, uma história de superação e respeito. Mas desafios sempre serão encontrados, ainda mais quando se trata de educação, algo que deve estar sempre em constante mudança.

3.2 Entendendo o projeto pedagógico do curso de pedagogia

O PPC (Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia) aqui analisado inicia com a proposta de orientar o trabalho, dos que estão ali para formar outros docentes, sendo esse documento de acesso a todos da comunidade da UEG (Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Itaberaí). O documento é todo embasado nas DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) garantindo os direitos e deveres dos educadores, mas também se adequando à realidade da comunidade que o Câmpus Itaberaí atende, proporcionando assim melhor desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

De acordo com esse documento o curso de pedagogia é um curso interdisciplinar, o que garante o desempenho em várias disciplinas, formando professores capazes de trabalhar e se desenvolver em diversas áreas do conhecimento e também na questão administrativa escolar. O graduado em pedagogia pode exercer funções na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, além da Educação de Jovens e Adultos, e nas áreas que exigem o conhecimento pedagógico.

O PPC (2015) possibilita que o educando do curso de pedagogia entenda que a escola é uma organização que tem funções sociais, e o que se aprende e ensina pode se refletir no desenvolvimento da sociedade. Por esta e outras razões que o curso se estrutura no respeito a todas as áreas do conhecimento, sabendo que tudo

deve ser compreendido, estudado e trabalhado de forma holística no ensino e aprendizagem.

Ainda considerando o documento o processo de formação do licenciado em pedagogia se desenvolve relacionando a teoria com a prática, o que trabalha o conhecimento técnico - científico e o cognitivo individual e coletivo. Isso garante que esse profissional participe de ações que valorizem seu trabalho e contemple uma educação com qualidade, o que leva a uma conquista da sua própria identidade profissional.

O curso de pedagogia deste Câmpus tem regime semestral, carga horária de 3.680 horas, funcionando no período noturno com duração de quatro anos, com cerca de quarenta vagas, sendo seu modo de inserção por meio de processo seletivo, sistema de avaliação seriado (SAS), reingresso e transferências.

O PPC (2015) ainda relata que pelo Decreto Governamental de 30 de julho de 1998, ficou autorizado o funcionamento do curso de pedagogia, a ser ministrado pela FAERPI (Faculdade Estadual de Ciências Agrárias, Humanas e Letras – Faculdade Estadual “Rio das Pedras”), mantida pelo Estado de Goiás.

É importante salientar que o curso de pedagogia não atende somente a cidade de Itaberaí, mas também as cidades vizinhas abrindo novas oportunidades de educação universitária na região, fato que melhora a capacidade crítica e social da região. Assim os graduados terão várias opções no mercado de trabalho, já que a demanda por professores de Educação Básica vem crescendo no país, além do pedagogo estar apto a ensinar, nos vários ambientes educacionais e sociais, tal que o mercado de trabalho moderno exige.

Sendo assim, o curso de pedagogia visa o melhor desenvolvimento na formação de professores capacitados e reflexivos críticos, para que estes de forma geral ingressem nas instituições escolares, com o intuito de melhorar a situação da educação e da pesquisa, além do próprio desenvolvimento interdisciplinar do pedagogo.

3.3 O papel da pesquisa no meio educacional na formação de professores

Como o intuito deste trabalho é um estudo de como a pesquisa é vista pelo curso de pedagogia e seu PPC, volta-se o olhar agora para observar como a pesquisa atua neste meio educacional por meio da proposta pedagógica realizada.

Desde o início deste trabalho tentou-se dar enfoque na pesquisa como o caminho mais viável a ser seguido pela educação, principalmente na formação de professores. Para tanto se fez necessário um recorte sobre o PPC do curso de pedagogia da UEG/Câmpus Itaberaí.

Nesse documento fica claro que através da pesquisa o pedagogo constrói nova postura diante do conhecimento. Instiga-o a uma atitude de descobrir o que não foi descoberto, ir além da prática que o curso oferece, dominar conteúdos de diversas áreas com o intuito de expandir a aprendizagem tanto do falante como do ouvinte, e assim gera a curiosidade crítica dos educandos, levando-os a prática da pesquisa. (PPC, 2015)

De fato este documento do curso de pedagogia percebe a importância da pesquisa na formação do pedagogo. Porém quando fala em pesquisa ligada a educação, prioriza a pesquisa bibliográfica onde escreve que “na produção de conhecimentos sobre os fenômenos humanos e sociais, deve-se ter em vista mais a compreensão e interpretação de seus conteúdos do que descrevê-los, explicá-los” (PPC, 2015, p. 34).

Nota-se então que o curso almeja a pesquisa como algo desenvolvidor do pensamento crítico de forma bibliográfica, mas não podemos pensar na pesquisa somente durante a formação, devemos pensar além do curso, desenvolver pesquisa de campo como forma de resolução de problemas encontrados na própria instituição de ensino, ou como forma de aprendizagem continuada, conhecendo e desvendando a vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a efetivação do trabalho docente não é uma tarefa fácil, ainda mais na era tecnológica vivenciada. As instituições de ensino não são mais o único lugar da aprendizagem, a internet tem competido com o educador na maioria das vezes, o que leva esse professor a refletir sobre sua ação e ter a capacidade de conduzir esse aluno a transformar essa informação em conhecimento podendo recorrer à pesquisa.

A educação cresce, desenvolve e evolui juntamente com o mundo e sua sociedade, sendo o educar pela pesquisa um caminho relevante. Isso só acontece na medida em que a formação desse professor o possibilita esse contato com a pesquisa e suas atribuições voltadas para o conhecimento incessante.

No decorrer deste trabalho nota-se que a formação docente no Brasil esteve distante, e o olhar voltado para essa área teve início quando a sociedade começa a notar a importância de cursos formadores. As formações que eram realizadas não tiveram modelos que atendessem as necessidades reais da educação, utilizavam ideologias internacionais, o que dificultava a busca de uma identidade do curso de formação.

O cidadão era formado para atender as necessidades do mercado de trabalho, e os interesses educacionais eram de caráter mais político. Profissionais da educação se mobilizaram na busca de programar a pesquisa como prática de uma educação de qualidade, onde poderia formar professores capazes de se expressar criticamente, em buscar aprimoramento, pesquisando metodologias que suprissem a realidade educativa.

Sendo assim, é necessário para a formação de um professor pesquisador e não apenas reflexivo, que a pesquisa seja algo didático discutido desde o início da formação, não se limitando apenas em trabalhos e sim em algo de caráter construtivo e colaborativo tanto coletivamente como individualmente. E nesse aspecto o plano pedagógico do curso de pedagogia da UEG/Câmpus Itaberaí contempla essa formação de um professor pesquisador. Parece necessário a busca pela inovação para que a realidade educacional seja algo imprescindível ao desenvolvimento humano, e porque não pelo caminho da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação – Revista do Centro de Educação da UFSM/RS**. v. 30, n. 2, p. 11-26, jul./dez.

2005. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/3735/2139>> Acesso em: 19 ago. 2015.

_____. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2004.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na Escola: o que é como se faz**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 07 set. 2015.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRANDA, Marília G. de. O Professor Pesquisador e Sua Pretensão de Resolver a Relação Entre a Teoria e a Prática na Formação de Professores. In: ANDRÉ, Marli. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 5. Ed. Campinas: Papyrus, 2006. p. 129-143.

Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. Itaberaí, jan. 2015. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/u/0/>>. Acesso em: 19 set. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p.

143-155, jan-abr. 2009. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. São Paulo: Autores Associados, 1999.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n.º 14, p. 61-88, Maio-Ago. 2000. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde14/rbde14_06_leonor_maria_tanuri.pdf>.

Acesso em: 11 ago. 2015.